**ILUSTRÍSSIMO SENHOR**

**PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO**

**PREGÃO ELETRÔNICO** 001/2012

 **DICENTRO SERVIÇOS -EPP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.576.957/0001-55, com sede na Rua Feliciano Galdini, nº 134, bairro Porto, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, IMPUGNAR e PEDIR ESCLARECIMENTOS AO EDITAL nos termos que seguem:

 **1.**A despeito de o procedimento licitatório prever contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços, de forma indireta e contínua, de copeiragem, de serviços gerais – manutenção e reforma de imóveis em geral – e de limpeza e conservação predial, com fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos, a fim de atender à Superintendência Regional do Departamento de Policia Federal em Cuiabá / MT e Descentralizadas, há algumas questões que devem ser corrigidas e esclarecidas.

 **2.** O item 6.1. da minuta do contrato (p. 49) estabelece que o reajuste do preço será realizado após 01 ano do orçamentos propostos, entretanto o item 6.2. estabelece que o interregno de 01 ano deve ser contado da data-base da Convenção Coletiva.

 O art. 38, I da IN 02/2008 do MPOG exige que o interregno anual seja contado da data-base da CCT.

 No caso, a CCT do SEAC-MT em vigor foi disponibilizada em 01/01/2012 e expressamente convenciona que em janeiro/2013 haverá reajustes dos seus valores.

 Portanto, é indispensável adequar o Edital ao disposto no art. 38, I da IN 02/2008 do MPOG, esclarecendo que o reajuste de preço será contado da data-base da CCT do SEAC-MT.

 **3.** O item 17.7.1.1 (p. 22) menciona: “Em relação aos serviços de limpeza e conservação predial, o pagamento, pela execução dos serviços à Contratada, dar-se-á de forma proporcional à Avaliação dos Serviços, conforme Anexo III do Termo de Referência.”

Questiona-se:

O art. 11, §§ 3º e 4º da IN 02/2008 do MPOG estabelece que a aferição de resultados só poderá ser utilizada através de ANS, nos termos da Instrução Normativa, e, com *critério objetivos* de *mensuração dos resultados* observados em *ferramenta informatizada*:

Art. 11. A contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados (...)

§3º Os critérios de aferição de resultados deverão ser preferencialmente dispostos na forma de Acordos de Níveis de Serviços, conforme dispõe esta Instrução Normativa e que deverá ser adaptado às metodologias de construção de ANS disponíveis em modelos técnicos especializados de contratação de serviços, quando houver.

§4º Para a adoção do Acordo de Níveis de Serviço é preciso que haja critério objetivo de *mensuração de resultados*, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas (...)

E regulamento isso, o art. 17 da IN 02/2008 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), ao estabelecer a possibilidade de adoção do Acordo de Níveis de Serviço (ANS) para avaliação dos serviços executados, **estabelece regras não observadas no Anexo III do Termo de Referência do Edital, quais sejam:**

Art. 17. Quando for adotado o Acordo de Níveis de Serviços, este deverá ser elaborado com base nas seguintes diretrizes:

I - antes da construção dos indicadores, **os serviços e resultados esperados já deverão estar claramente definidos** e identificados, **diferenciando-se as atividades consideradas críticas das secundárias**;

II - os **indicadores e metas devem ser construídos de forma sistemática,** de modo que possam contribuir cumulativamente para o resultado global do serviço e não interfiram negativamente uns nos outros;

III - os **indicadores devem refletir fatores que estão sob controle do prestador do serviço**;

IV - previsão de fatores, fora do controle do prestador, que possam interferir no atendimento das metas;

V - os **indicadores deverão ser objetivamente mensuráveis**, de preferência facilmente coletáveis, relevantes e adequados à natureza e características do serviço e compreensíveis.

VI - evitar indicadores complexos ou sobrepostos;

VII - as **metas devem ser realistas** e definidas com base em uma comparação apropriada; (...)

Quais as metas a serem cumpridas?

Quais os níveis críticos e os níveis secundários? Quais os fatores sob responsabilidade da empresa contratada nessas metas?

Qual a mensuração objetiva desses critérios?

Indispensável a retirada do item 17.7.1.1 do Edital, ou, sua adequação explícita às regras dos arts. 11 e 17 da IN 02/2008 do MPOG.

 **4.** Ante o exposto, respeitosamente requer à Vossa Senhoria o CONHECIMENTO e PROVIMENTO da impugnação, prestando os esclarecimentos e retificações que se fizerem necessários para atender aos questionamentos dos itens 2 e 3 supra.

Pede Deferimento.

Cuiabá (MT), 09 de Abril de 2012.

**RAQUEL ROCKENBACH - EPP**